

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

DESIGUALDADES SOCIAIS NO ACESSO AO ENSINO PRIMÁRIO NO MUNICÍPIO DE BENGUELA EM ANGOLA – OPINIÕES DE DIRETORES, ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E ANALISTAS

António Feliciano Maliengue Carvalho

Mestrado em Sociologia

Orientador:
Doutor José Luís Casanova,
Professor Associado,

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

Departamento de Sociologia

DESIGUALDADES SOCIAIS NO ACESSO AO ENSINO PRIMÁRIO NO MUNICÍPIO DE BENGUELA EM ANGOLA – OPINIÕES DE DIRECTORES, ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E ANALISTAS

António Feliciano Maliengue Carvalho

Mestrado em Sociologia

Orientador:

Doutor José Luís Casanova,
Professor Associado,

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de dissertação a minha querida mãe, de feliz memória, uma mulher batalhadora, que sempre abdicou seus compromissos de vida, para me ver formado, deu tudo de si, para chegar onde hoje cheguei, devo tudo a ela, por todas as conquistas. Entretanto, não há palavras suficientes para expressar a minha enorme gratidão.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus Pai-Todo-Poderoso, pelo dom da vida, pela protecção e por ter permitido que chegasse até o término da minha dissertação, tudo devo graças a ti senhor, a minha eterna gratidão.

Em segundo lugar, o meu orientador professor José Luís Casanova, pela sábia orientação, paciência, correcções, críticas, para a consolidação do nosso trabalho, a minha enorme gratidão, augurando sucesso na sua carreira docente.

Em terceiro lugar aos meus familiares, de modo particular a minha mãe, a razão da minha existência, minha protectora, aquela que tudo fez, para chegar onde cheguei. De modo especial também a minha esposa, pela paciência e gesto de encorajamento, apoio total, para atingirmos esta etapa da vida, o meu muito obrigado.

Em quarto lugar a todos professores do ICSTE, pelas boas aulas dadas, pela paciência no ensinamento e pela simpatia que têm, o meu muito obrigado.

Em quinto lugar, ao meu amigo, o professor Nelson Dembi Bumba Quinta, pelo incentivo e subsídio na investigação deste trabalho, pelas críticas e revisão do trabalho, eterna gratidão. E todos aqueles que directa e indirectamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de dissertação.

RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem sobre as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela, em Angola, centrada no período de 2010 a 2020. A investigação é de natureza descritiva e qualitativa, analisando-se material documental diverso e auscultando-se opiniões com base numa amostra de vários directores, incluindo directores de escola, pais e encarregados de educação, analistas e fazedores de opinião que responderam as perguntas constantes no guião de entrevista. Entrevistámos 15 individualidades: o Director Municipal da Educação de Benguela, 6 Directores de Escolas, 4 fazedores de opinião e encarregados de Educação das escolas, e 4 pais encarregados de educação. Os resultados da pesquisa revelam que as desigualdades sociais no acesso a ensino primário, são justificadas com a dificuldade que as pessoas têm em matricular os seus filhos nas escolas primárias, principalmente em escolas públicas, porque o número crescente da densidade populacional aumentou consideravelmente, criando assim implicações ao nível do acesso ao ensino primário. Outrossim, a falta de políticas de ofertas de serviços educativos, bem como a criação de condições para absorver todas crianças em idade escolar, ao nível das unidades escolares, têm promovido desigualdade social ao nível do ensino primário. Para mitigar este fenómeno sobre as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário, os directores de escola têm sensibilizado os pais para o registo de crianças a partir do nascimento, interceder junto do governo para a construção de mais salas de aulas, contar com a comparticipação da comunidade para a construção de mais salas de aulas, sensibilizar as comunidades para registarem os seus filhos e evitar as dificuldades no período de matrículas, construir mais salas de aulas e colaborar com a comunidade para a construção de mais salas de aulas, por via da comparticipação.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais, Ensino Primário, Benguela, Angola.

Abstrat

The present work approaches social inequalities in access to primary education in the municipality of Benguela, Angola, focusing on the period 2010-2020. The research is descriptive and qualitative, analyzing diverse and diverse documental material - culturing opinions based on a sample of various principals, including school principals, parents and guardians, analysts and opinion makers who answered the questions contained in the interview guide. We interviewed 15 individuals: the Municipal Director of Education of Benguela, 6 School Directors, 4 opinion makers and guardians of schools, and 4 parents in charge of education. The survey results reveal that social inequalities in access to primary education are justified by the difficulty people have in enrolling their children in primary schools, especially in public schools, because the growing number of population density has increased considerably. thus creating implications for access to primary education. Furthermore, the lack of policies to offer educational services, as well as the creation of conditions to absorb all school-age children, at the level of school units, have promoted social inequality at the level of primary education. To mitigate this phenomenon on social inequalities in access to primary education, school directors have sensitized parents to the registration of children from birth, to intercede with the government for the construction of more classrooms, to count on the participation of the community to build more classrooms, sensitize communities to register their children and avoid difficulties in the enrollment period, build more classrooms, and collaborate with the community to build more classrooms, through the co-payment.

Keywords: Social Inequalities, Primary Education, Benguela, Angola.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ÍNDICE GERAL.....	vi
ÍNDICE DAS TABELAS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	9
1.1 Desigualdades.....	9
1.2 Desigualdades no ensino.....	10
1.3 Desigualdade no acesso ao ensino primário.....	11
1.4 Desigualdades no ensino e Políticas Públicas.....	12
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	14
2.1 Tipo de investigação.....	14
2.2 Estratégia de investigação.....	14
CAPÍTULO III – O SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA.....	15
3.1 Desigualdade de ensino em Angola.....	15
3.2 O Novo Sistema de Educação em Angola.....	16
3.3 Desigualdades no acesso ao ensino primário em Angola.....	18
3.4 Desigualdades e políticas públicas na área da educação em Angola.....	18
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DE ENTREVISTAS.....	18
4.1 O Diretor Municipal da Educação.....	19
4.2 Os diretores de escola.....	20
4.3 Os pais e encarregados de educação.....	22
4.4 Os analistas e fazedores de opinião.....	27
CONCLUSÕES.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	31
APÊNDICES.....	33

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1	
Quadro 2	22
Quadro 3	22
Quadro 4	22
Quadro 5	23
Quadro 6	23
Quadro 7	24
Quadro 8	24
Quadro 9	25
Quadro 10	26
Quadro 11	26
Quadro 12	27

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais são um aspecto estruturante e transversal das sociedades capitalistas e não só. Por isso mesmo, elas são-nos de algum modo familiares, fazem parte da experiência corrente de todos e cada um de nós (Costa, 2012). As desigualdades educacionais constituem grave problema na sociedade angolana e estão relacionadas à estrutura socioeconómica do país, que é notadamente desigual, sendo a pobreza sua expressão mais explícita (Carvalho, 2008). Admite-se o esforço da parte do Estado e a existência de instrumentos de planeamento e gestão no sentido da sua minimização, e apresentam-se as propostas para a administração do país, dentre elas as que visam enfrentar as desigualdades sociais e educacionais.

A escolha do tema deveu-se à necessidade de aprofundarmos os conhecimentos sobre as desigualdades sociais no acesso a educação em Angola. Durante os últimos três anos tem-se registado em Angola um nível muito significativo do aumento de desigualdades no acesso a educação e ensino, que acompanha o crescimento demográfico, o descontrolo do Estado, e o efeito da crise financeira na definição e execução de políticas públicas voltadas a educação.

A presente dissertação tem como objectivo analisar os factores que estão na base das desigualdades de acesso ao ensino primário em Benguela, em Angola, tendo em conta material documental e a opinião de vários directores, incluindo directores de escola, pais e encarregados de educação, e analistas e fazedores de opinião.

Todos são iguais perante a lei. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão (Art.23 da Constituição de 2010). Daí a importância de um estudo sobre desigualdades no acesso à educação primária.

A presente dissertação está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo refere-se às questões metodológicas escolhidas para a realização desta investigação e uma breve caracterização da Província de Benguela (Angola) e das instituições escolares envolvidas; no segundo capítulo fazemos uma exposição dos principais teóricos que abordam as questões das desigualdades no acesso a educação e ensino, onde observamos que a falta de acesso a educação e ensino contribuem no aumento das desigualdades sociais; o terceiro capítulo contextualizamos e procuramos apresentar o contexto de Angola, bem como a criação de políticas públicas ligadas as expansão da educação e ensino em Angola; no quarto capítulo fazemos análises de dados recolhidos através de entrevistas.

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No presente capítulo debate-se o conceito de desigualdades sociais no acesso a educação procurando identificar os diferentes tipos de desigualdades e o conceito de acesso ao Ensino Primário.

1.1 Desigualdades Sociais.

Angola situa-se na África subsaariana, região apresentada como das mais pobres e desiguais do mundo. Sen (2000) afirma que a expectativa de vida nessa região é inferior a 60 anos e com uma demografia acentuada. Angola, por estar dentro desta região, não foge à regra enquadrando-se perfeitamente na análise feita pelo autor, onde encontramos educação e saúde muito precárias, disso resultando: alto índice de mortalidade materno-infantil, baixa expectativa de vida, analfabetismo, má nutrição, desemprego, pouca mobilidade humana – em resumo condições socioeconómicas degradantes.

Os pesquisadores interessados no tema têm desenvolvido estudos, que resultam em ricas contribuições acerca deste fenómeno. Stiglitz (2013), afirma que a compreensão da origem da desigualdade ajuda-nos a perceber bem os custos e benefícios de reduzi-la. Ele aponta dois elementos fundamentais para o nivelamento das desigualdades: o mercado, como o elemento que ajuda a moldar o nível de desigualdade, e as políticas governamentais, que por sua vez moldam essas forças do mercado.

O segundo aspecto apontado pelo autor reflecte bem o presente estudo: a criação de políticas é o melhor caminho para nivelar a desigualdade dentro de uma sociedade, uma vez que as políticas ajudarão a estabilizá-la, já que o governo tem poder de movimentar o dinheiro da base para o topo e vice-versa. Ainda o mesmo autor afirma que cabe ao estado definir e fazer cumprir as regras do jogo, criando acções que ajudem a existir o que o autor define como “concorrência leal”, acções baseadas em práticas legais e competitivas. Para isso é importante distribuir os recursos de modo transparente e depois corrigir a distribuição dos rendimentos, fazendo com que haja políticas centrais de pagamento de impostos e das contribuições sociais, tudo dentro de uma base em função da realidade.

Stiglitz (2013) afirma que “o estado tem poder de alterar a dinâmica de riqueza” (Stiglitz, 2013:89), apresentando como exemplo “as taxas sob as heranças e o ensino público gratuito” (Stiglitz, 4 2013:89). Quando não existe apoio governamental os pobres têm geralmente dificuldades em satisfazer os seus anseios socioeconómicos, que vão desde uma casa digna para morar, saúde, alimentação básica e educação. Se este apoio existir da parte do estado as crianças terão acesso à educação; uma vez instruídos poderão produzir, e esta produção trará benefícios às famílias e ao Estado. O Estado pode mudar dando uma educação melhor no sentido de elevar o capital humano. Políticas bem estruturadas e alicerçadas sobre leis justas são factores determinantes para a diminuição da desigualdade.

Vários têm sido os autores das ciências sociais e económicas que se debruçam com a questão das desigualdades. Um deles é Milanovic (2012) que afirma que o “mundo é um lugar muito desigual” (Milanovic, 2012:119), sendo que a maioria da desigualdade vem de uma grande diferença entre os rendimentos nacionais. O mesmo autor continua a apresentar a

desigualdade como “fenómeno relacional”. Todos os seres humanos se relacionam, e as desigualdades existem quando nos relacionamos com outrem.

Enquanto Stiglitz (2013) faz uma análise histórica de como se processa o fenómeno da desigualdade começando por desenvolver a ideia de “concentração de poder”, dando o exemplo da sociedade pré-capitalista, na altura em que o poder estava concentrado na religião e tudo se explicava por meio dela: “a desigualdade justificava-se por meio da religião” (Stiglitz, 2013:90), o divino decidia quem deveria estar no topo e questionar isso era opor-se à vontade de Deus. Enquanto para os Gregos “a desigualdade estava ligada ao poder militar” (Stiglitz, 2013:90), e a ocupação militar justificava a acumulação. Na antiguidade a filosofia aceitava homens que dominavam outros homens para cumprirem com os seus objectivos pessoais; nesta época podemos ver a “justificação das desigualdades através do poder” (Stiglitz, 2013:90). Com o Renascimento e Iluminismo observamos uma nova forma de ver a dignidade dos homens, e a Revolução Industrial fez emergir uma nova classe urbana que trouxe novos hábitos e costumes, com novas formas de justificação das desigualdades.

Para Costa (2012) as desigualdades sociais interligam-se entre si de modos variáveis, como se interligam com muitos fenómenos sociais de diversos tipos, níveis, amplitudes e temporalidades. *Por exemplo, o pouco investimento em educação trará como resultado o baixo índice de desenvolvimento humano. Toda e qualquer sociedade que investir em educação terá como resultado o crescimento em todas as esferas, quer económica, social e política porque terá recursos capazes de desenvolver e contribuir para produzir riqueza, e esta riqueza gerará melhoria das condições básicas da sociedade, tais como: alimentação, educação, saúde, emprego, infra-estruturas sociais, saneamento básico, electricidade e a indústria.*

É notório que as desigualdades sociais que permeiam o sistema educacional Angolano atingem todos os indivíduos pobres; no entanto, atingem com maior intensidade as famílias das zonas periféricas ou zonas do interior da cidade. Percebe-se que se garantiu o acesso, mas que a qualidade da educação oferecida pouco contribui para tirá-los do lugar subalternos a que foram condicionados, tampouco para a melhoria na sua qualidade de vida.

A impressão que se fica é que, a cada dia que passa, a qualidade do ensino público angolano está cada vez mais precária, principalmente após o processo de democratização e massificação. E, como sempre, são as pessoas pobres as mais prejudicadas. Os sociólogos sabem que as desigualdades sociais significam injustiça social, falta de oportunidades, danos para a coesão social e para a qualidade de vida humana.

As desigualdades sociais são diferenças que consideramos injustas (Therborn, 2006:4). São diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras (Machado, 2019).

1.2 Desigualdades no ensino

Para Fernandes (2014), é dever do Estado garantir o direito a educação para todos. O objectivo da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, com estímulos às suas necessidades de interação e experimentação para a formação de sua identidade.

A educação infantil também oferece um importante apoio às famílias. A creche e a pré-escola são espaços de educação para todos, de ampliação das experiências com as quais a criança e os pais estão habituados.

Uma perspectiva analítica aborda a educação tanto como determinante e importante dos ainda altos níveis de pobreza e desigualdades, quanto como componente central de uma estratégia sustentável de redução da pobreza e da desigualdade. Desse ponto de vista, o aumento do acesso à educação, dos níveis de escolaridade da população e a melhoria da qualidade da educação são desafios importantes para o nosso continente e, especificamente, para o nosso país.

O acesso a escolaridade, especialmente aos níveis mais básicos de escolaridade. Em Angola a proficiência dos estudantes, indicador da eficácia do sistema educacional, ainda permanece insatisfatória em função aos recursos investidos na área, sendo este país um caso particularmente ilustrativo desse tipo de deficiência.

Portanto, as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário podem contribuir para a baixa escolaridade da população, a que se seguirá a baixa produtividade e, portanto, remuneração deficiente, ou em outras palavras à desigualdade educacional se seguirá a desigualdade na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, desigualdade de renda.

Não há sociedade onde o sistema educativo não apresente um duplo aspecto: é, ao mesmo tempo, uno e múltiplo. É múltiplo pois podemos dizer que há tantos tipos diferentes de educação como meios diferentes nessa sociedade. A escola da cidade não é a do campo, a do burguês não é a do operário. É evidente que a educação das nossas crianças não deve depender do acaso que as faz nascer aqui ou ali, de uns pais em vez de outros. Mas mesmo que a consciência moral do nosso tempo tivesse recebido neste ponto a satisfação que espera, a educação não se tornaria por isso mais uniforme, a diversidade moral das profissões não deixaria de arrastar consigo uma grande diversidade pedagógica (Durkheim, 1922, 2009:49).

1.3 Desigualdade no acesso ao ensino Primário

Para Castro (2009) a desigualdade no acesso ao ensino significa não ter acesso ao sistema escolar, existindo exclusão dentro do próprio sistema: existem acessos a padrões diferentes de qualidade educacional e existe a desigualdade de tratamento quando estudantes têm acesso a condições muito desiguais da oferta educacional.

Segundo Gabriel Thomazinho (2017) ao pensarmos em desigualdade educacional, não podemos analisar a partir de um simples factor, pois existem diferentes desigualdades quando

pensamos em educação escolar. E cada tipo de desigualdade impacta diferentemente na desigualdade escolar. Por uma arraigada desigualdade social e económica, os impactos serão quase sempre sobre os mais pobres, negros e periféricos.

As desigualdades de acesso ao sistema escolar, existe a exclusão dentro do próprio sistema, existem acessos a padrões diferentes de qualidade educacional e existe a desigualdade de tratamento quando estudantes têm acesso a condições muito desiguais da oferta educacional que deveriam ser, no mínimo, igual para todos.

O quadro é agravado quando nos damos conta que, frequentemente, os recursos voltados a educação têm uma distribuição regressiva, ou seja, beneficiam mais quem já está em melhores condições. Desta feita, os indicadores de infra-estrutura escolares em Angola, percebe-se que a maior parte das escolas com infraestruturas boas ou ótimas atendem as parcelas mais ricas da população.

Para Thomazinho (2017), diante deste cenário fica claro que a desigualdade educacional deve ser considerada quando se pensam e formulam as políticas públicas. É preciso uma intenção política de que é necessário reduzir as desigualdades para garantir mais qualidade.

Devemos refletir em ações importantes com a sociedade civil e outros grupos da sociedade, em ações efetivas, tanto a partir do governo, da sociedade civil ou das escolas, que sejam efetivas para diminuir a desigualdade educacional.

Entretanto, é importante identificar quais práticas são excludentes ou elitistas, ensinar reconhecendo as diferenças, evitar o não acesso sem uma análise profunda do aluno, e fazermos da reflexão sobre a nossa prática o espaço onde problemas podem ser resolvidos, atitudes reconsideradas. As desigualdades no acesso à Educação e a baixa qualidade do ensino reduzem as oportunidades de desenvolvimento e integração das crianças.

Há muito que se discute não somente as causas dessas desigualdades mas também quais as medidas a serem tomadas para que se chegue a igualdade entre os indivíduos e que possibilite que todos tenham as mesmas oportunidades e efetivação dos direitos fundamentais garantidos na legislação Angolana. Existe a crença de que a educação é a chave para que todo o abismo criado pela desigualdade se feche, mas é importante saber se somente ela seria efetiva para essa concretização.

1.4 Desigualdades no ensino e Políticas Públicas

As desigualdades sociais são fenómenos transversais em todas as sociedades humanas. No campo das ciências sociais foi a partir do início de 1950 que o interesse sociológico pelos fenómenos educativos se firma e a problemática das desigualdades sociais no acesso à educação se transformaram no elemento central nos debates educativos (Sebastião, 2009). O acesso à instrução foi definido como condição necessária para o exercício pleno dos direitos civis e políticos constitucionalmente estabelecidos (Condorcet, 1791, 2012).

Para Almeida (1994: 122) as sociedades contemporâneas estão longe de serem sociedades de igualdade de oportunidades. Mesmo nos países industrializados mais ricos, que proporcionam aos indivíduos um leque de possibilidades muito mais aberto do que qualquer outro modelo de organização social, há formas duradouras de desigualdades baseadas na classe social, na raça, na etnia ou no sexo. A principal meta dos decisores públicos centra-se em “garantir as condições de acesso e de frequência da escola pública, instituindo a

gratuidade do ensino e, posteriormente, a sua obrigatoriedade”. “A primeira preocupação não foi propriamente a de criar condições para a igualdade de oportunidades, mas a de garantir o acesso de todos à instrução elementar” (Seabra, 2009:75).

Na segunda metade do século XX, o reforço dos mecanismos de cumprimento da escolaridade obrigatória exprimiria a evolução do conceito de igualdade. João Formosinho sublinha que as ideias de igualdade reflectiram-se nas políticas educativas, perspectivando a generalização do ensino básico e o alargamento da escolaridade obrigatória após a Segunda Guerra Mundial (Formosinho, 1991, 2001, in: Pires, Fernandes e Formosinho, 1991, 2001:170-1).

Medidas como a criação de uma rede de transportes escolares, considerada hoje essencial para garantir o acesso à escola por parte da população que reside a mais de quatro quilómetros, só seriam adoptadas na segunda metade do século XX. Neste sentido as políticas sociais determinam o padrão de protecção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio a redistribuição de benefícios sociais, dentre eles, o direito à educação. “Políticas públicas em educação vieram a fazer parte da política de infra-estruturas sociais na grande maioria dos países, a qual foi colocada sob total discrição do governo nacional” (Amaral, 2010). As políticas públicas educacionais sob a tutela do Estado pretendem corrigir desigualdades diversas e demandam esforços no sentido de incluir aqueles que por muito tempo estiveram à margem da sociedade. Desta feita, é inegável a grande responsabilidade do Estado no que tange a elaboração e implementação de políticas que visem o bem-estar da população e a reparação de abismos sociais.

A análise sociológica das políticas educacionais continua a não poder abrir mão da referência ao papel do Estado nacional e às suas relações com as classes sociais e a não dispensar, portanto, o entendimento das especificidades (culturais, sociais, políticas, económicas e educacionais) que estão impregnadas na história de uma dada formação social. (Afonso, 2003, p. 38)

O papel do Estado vai muito além da implantação de uma política de reparação. É de suma importância compreender e considerar todos os aspetos que compõem determinado grupo social e sua organização, bem como analisar os impactos que essa política causará nesses sujeitos sociais. É preciso que estado faça com que o indivíduo sintá-se representado e confiante na viabilidade do que o Estado lhe oferece.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo olhar sobre os aspetos metodológicos, relativamente ao tipo de investigação, as estratégias de investigação, as perguntas de investigação, que serviram de suporte sobre o desenvolvimento deste trabalho de investigação, olhando para os elementos influenciadores da desigualdade social no acesso ao ensino primário, bem como as técnicas e métodos de investigação, que nos ajudaram a desenvolver este trabalho.

2.1 Tipo de investigação

A interligação das desigualdades é um facto, uma vez que as desigualdades são caracterizadas em várias formas. O nosso modelo metodológico de análise fundamenta-se na visão sobre desigualdades no acesso a educação em Costa (2012) e as desigualdades de rendimentos em Milanovic (2012), por elas analisarem propriamente a ideia da distribuição dos recursos, uma vez que a má distribuição gera a pobreza, e usaremos também Capucha (2005:67-71) e o seu conceito de pobreza socioeconómico e de pobreza relativa, bem como Lúcio (2003) com o conceito de erradicação da pobreza.

Este estudo visa analisar e compreender as desigualdades sociais no acesso ao ensino Primário no Município de Benguela, Angola tendo em conta materiais documentais e a opinião de vários directores, incluindo directores de escola, pais e encarregados de educação, e analistas e fazedores de opinião. No que respeita à compreensão desse contexto, analisar-se-á a origem das desigualdades sociais no acesso ao ensino primário, e as implicações sociais que as desigualdades sociais no acesso a educação podem causar na vida das famílias e no índice de desenvolvimento humano.

A nossa pesquisa tem como a pergunta de partida: que factores propiciam as Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino Primário no município de Benguela em Angola, em particular no período de 2010 a 2020?

Para o alcance dos objectivos deste trabalho achamos importante ter em conta as seguintes questões:

- ✓ Quais são os fundamentos teóricos sobre desigualdades sociais no acesso ao ensino primário?
- ✓ Quais são os factores que estão na base das desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela em Angola no período de 2010 a 2020?

- ✓ Quais são as estratégias que, do ponto de vista dos entrevistados, podem ser adotadas para acabar com as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela em Angola?

Objectivo geral

- ✓ Analisar as Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino Primário em Angola e propor linhas de orientação para a implementação de políticas públicas exequíveis.

Objectivos específicos

- ✓ 1 - Apresentar os fundamentos teóricos que sustentam o estudo das desigualdades sociais no acesso ao ensino primário.
- ✓ 2 – Descrever os factores que estão na base das desigualdades sociais no acesso ao ensino em Angola.
- ✓ 3 – Auscultar agentes de educação, pais e encarregados de educação e propor linhas de orientação para mudança ou melhoria de paradigma.

2.2 Estratégia de investigação

Definimos como estratégia de investigação um modelo misto, articulando a pesquisa documental e o método intensivo ou qualitativo. Segundo Costa (2008:10-11) esta última variante realiza-se no terreno, adoptando-a como uma unidade singular, em termos de espaço físico ou conjunto de elementos que possuem as mesmas características, resultando desta forma num estudo de caso.

O estudo será realizado na província de Benguela, município de Benguela.

Quanto à técnica intensiva de recolha de dados, Marconi e Lakatos (2012:111) afirmam que a entrevista é a conversação realizada face a face de maneira metódica; ela permite ao entrevistador recolher toda a informação que ele acha interessante de acordo com os seus objetivos. Na presente pesquisa usamos a entrevista semi estruturada, técnica flexível onde criamos tópicos ligados a teoria e os objectivos da investigação; as mesmas poderão durar cerca de 30 minutos por entrevistado. Entrevistámos 15 individualidades: o Diretor Municipal da Educação de Benguela, 6 Diretores de Escolas, 4 fazedores de opinião e encarregados de Educação das escolas, e 4 pais encarregados de educação. Priorizamos a diversidade em relação à quantidade, diversificando as entrevistas por idade, sexo e localização geográfica. As entrevistas foram gravadas com a prévia solicitação e autorização do entrevistado e por escrito.

Para este projecto de investigação optou-se pelo tipo de investigação descritiva que, segundo Viana (2001) consiste em procurar determinar a natureza e o grau de condições existentes entre os fenómenos. Tem como único propósito descrever condições existentes.

O trabalho implicou naturalmente uma pesquisa bibliográfica prévia que, segundo Marconi e Lakatos (2002), consiste na obtenção de informações de obras de autores já publicadas em relação ao tema para a fundamentação teórica. Permite a consulta de várias obras e de diferentes autores a volta da nossa problemática.

CAPÍTULO III - O SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA

Neste capítulo abordamos o sistema de educação em Angola, olhando fundamentalmente para os novos desafios da educação em Angola, relativamente a configuração do novo sistema de educação em Angola, bem como sobre matérias ligadas as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário, assim como as políticas públicas gizadas pelo governo no combate as desigualdades sociais em Angola, na promoção da educação para todos, no processo de integração e inclusão social, por via da educação.

3.1 Desigualdade de ensino em Angola.

Em Angola a busca da eficiência e do desempenho educacional só faz sentido se incorpora e expressa também a busca por justiça social. A discussão sobre os meios de reduzir a desigualdade educacional deve ser discutida com profundidade, principalmente na elaboração de políticas educacionais. Se na dimensão do acesso ela é mais objetiva, via ampliação do sistema público escolar, no âmbito da desigualdade de conhecimento ela é mais complexa, pois passa pela definição de quais conhecimentos devem ser adquiridos por todos os alunos Angolanos.

Oficialmente, a educação formal em Angola teve o seu início no século XIX através do decreto de 14 de Agosto de 1845 que permitiu ao Estado português assumir a educação em todo o espaço de jurisdição portuguesa e tornando-a laica (PNUD Angola, 2010: 30), não de forma total mas parcial, mas este ensino, administrado nas escolas públicas e nas escolas missionárias, não era acessível a todos. Após a instauração e consolidação do Estado Colonial em Angola em 1926, estas escolas contribuíram para a criação de um sistema educativo incipiente e profundamente discriminatório, isto é, conduziram ao aparecimento de uma educação para brancos e outra para alguns negros. A educação para os negros era ministrada nas “escolas-oficinas” e nas “escolas-rurais” (Kebanguilako, 2013: 3).

A partir de 1960 o governo colonial, movido por fatores internos e externos, de modo especial pela pressão das independências em Africa e pela adoção das políticas do desenvolvimento das colonias, passou a melhorar e a universalizar a educação através da aprovação e implementação de alguns diplomas legais. Exemplo disso foi a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola, integrados na Universidade Portuguesa em 1962 (Decreto-lei nº 44530/1962, de 21 de agosto), posteriormente transformados na Universidade de Luanda (Decreto-lei nº 48/1990, de 23 de dezembro) (Vitorino, 2012: 10).

Com a independência e a política do Novo Estado a questão da educação em Angola conheceu novos desenvolvimentos, tais como: a criação do Ministério da Educação e Cultura; o início da Campanha Nacional de Alfabetização em 1976; a transformação da Universidade de Luanda em Universidade de Angola que, em 1985, passou a chamar-se Universidade Agostinho Neto (UAN) com faculdades nas províncias de Benguela, Cabinda, Huambo,

Huila, Luanda e Uíge; e a implantação, em 1978, do primeiro sistema educativo de Angola independente, designado por Novo Sistema de Educação e Ensino, que terminou com o sistema educativo colonial caracterizado por um afunilamento motivado pela discriminação e estratificação social (Victorino, 2012).

O Novo Sistema de Educação e Ensino caracteriza-se essencialmente pela gratuidade de todo o ensino, o que permitiu uma grande explosão escolar, não obstante o escasso número e fraca qualidade de professores e de instituições educativas existentes. O diagnóstico do subsistema do Ensino de Base regular, realizado em 1986, revelou grandes insuficiências no Novo Sistema de Educação e Ensino. O sistema não garantiu nem sequer o acesso à escola e muitas crianças não chegavam a concluir o ensino primário. Em 1988 tomaram-se duas novas iniciativas importantes: medidas para o saneamento e Estabilização do Sistema de Educação e Ensino, e a constituição das Bases Gerais para um Novo Modelo (PNUD Angola, 2010: 31). Mais tarde outras duas novas iniciativas se seguiram, nomeadamente a elaboração da estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação, e a promulgação da primeira Lei de Bases do Sistema de Educação (PNUD Angola, 2001: 32).

3.2 O Novo Sistema de Educação de Angola

Após as primeiras eleições multipartidárias de 1992 reacendeu-se a guerra civil e sucedeu-se uma grande instabilidade política, social e económica. Este cenário provocou não só a migração do meio rural para o meio urbano ou periurbano, como dificultou o acesso à escola.

Com o culminar da guerra em 2002, dez anos depois, Angola teve de enveredar para os novos caminhos no ramo da educação. Dois anos depois, em 2004, deu-se o início de uma reforma educativa que descortinaremos mais adiante. Não obstante, ainda em 2001, a nova Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), Lei nº 13/2001, de 31 de dezembro de 2001, estruturou o sistema educativo em quatro níveis: Pré-escolar, Ensino primário, Ensino secundário e Ensino Superior, mantendo-se até aos dias de hoje. Todas as orientações pedagógicas passaram a ser da responsabilidade do Estado, a quem cabe também o papel de inspeção, através dos Ministérios da Educação e do Ensino Superior.

Num período de dez anos (2002-2012), o Estado angolano assumiu os objetivos de expandir a rede escolar, melhorar a qualidade do ensino, erradicar o analfabetismo e reforçar a eficácia e a equidade do sistema educativo; promoveu a reforma do ensino primário e secundário e introduziu algumas alterações. O Ensino Primário passou de 4 para 6 anos (da 1ª a 6ª classe) em regime de monodocência. Já o Ensino Secundário foi subdividido em dois

ciclos: o primeiro ciclo com três anos (7^a, 8^a e 9^a classes) e o segundo ciclo com quatro anos curriculares (10^a, 11^a, 12^a 13^a classes).

Em relação ao ensino superior, para responder às novas exigências da formação de recursos humanos, tão importantes no contexto de desenvolvimento socioeconómico do país, foram instituídas as regiões académicas que deram origem ao crescimento do ensino superior.

Importa ainda fazer uma referência ao ensino privado e participativo, implementado em 1992, que tem sido grande aliado no alargamento do acesso à escolaridade. Embora de uma forma muito lenta, a sua expansão e consolidação tem sido notória. A presença deste tipo de ensino é cada vez mais significativa, sobretudo na capital do país onde cerca de 55% corresponde ao ensino público e 48% ao ensino não público, sendo 29% para o ensino participativo e 11% para o ensino privado (Pestana, 2014: 75). Nas províncias do interior esta presença ainda é insignificante.

Terminado o longo período de reforma a questão que se coloca é: será que os objetivos foram realmente atingidos? De facto, não é fácil responder a esta questão, porque ainda não passou tempo suficiente para fazer um balanço ou um estudo minucioso dos efeitos desta reforma educativa. Todavia, apesar da evolução positiva, a educação ainda não ganhou importância suficiente nos níveis de satisfação e eficácia desejados e necessários para o crescimento económico e para o progresso social e cultural do país e dos cidadãos, de maneira a fazer de Angola numa sociedade moderna, economicamente competitiva que permita um desenvolvimento sustentável e aceder a uma relativa autonomia na ciência, tecnologia e inovação, alcançando uma melhor coordenação, articulação e complementaridade das iniciativas, esforços e sinergias de todos os agentes educativos, quer públicos, quer privados, quer ainda comunitários ou religiosos. “Insiste-se na construção de infraestruturas sem ter uma abordagem de conjunto do sistema educativo nacional e da sua relação com a estrutura económica atual e as perspetivas de desenvolvimento almejadas pelo país, quer o médio, quer a longo prazo” (Pestana, 2013: 88).

Apesar de haver aspetos positivos (aumento da população escolar, construção de escolas, conceção de novos manuais escolares e realização de alguns seminários de capacitação), ainda identifica-se muitos constrangimentos como: a falta de escolas, escolas longe das residências dos alunos, escolas sem água, luz, carteiras, bibliotecas e computadores; falta de manuais e de instrumentos de avaliação, falta de professores nas escolas dos meios rurais, falta de meios de transporte para os professores e alunos, falta de formação inicial e contínua de professores e diretores de escolas, inexistência de merendas, falta de recursos financeiros para as necessidades básicas nas escolas e nas repartições municipais e/ou comunais e existência de precárias condições sociais dos alunos (Meneses, 2010).

3.3 Desigualdades no acesso ao ensino primário em Angola

As desigualdades sociais no acesso ao ensino primário referem-se a exclusão escolar estimulada pela falta de políticas públicas claras no setor de educação, facto que deixa muitas crianças, fora do sistema escolar, promovendo assim desigualdades sociais no ensino (Carvalho, 2004). Todo indivíduo numa condição desfavorável tem maior probabilidade de não ter acesso aos serviços sociais, numa sociedade onde as políticas públicas não são evidentes. O não acesso ao ensino é motivo por falta de vontade política que ignora a possibilidade de proporcionar ensino para todos (Ibid). Quando pensamos nas desigualdades

sociais no acesso ao ensino primário do nosso país é mais do que certo que definamos, a educação como solucionadora ou, pelo menos, a minimizadora de tal situação. A educação angolana procura se ajustar às novas tendências educacionais no sentido de diminuir e erradicar o enorme abismo social que a nossa população enfrenta. Os desafios são muitos e as escolhas das estratégias farão a diferença na tomada de decisão.

3.4 Desigualdades e políticas públicas na área da educação em Angola

Quando pensamos nas desigualdades sociais em Angola é certo que definimos a educação como solucionadora, ou pelo menos minimizadora, de tal situação. A educação angolana procura-se ajustar às novas tendências educacionais no sentido de diminuir e erradicar o enorme abismo social que a população angolana enfrenta. Os desafios são muitos e as escolhas estratégicas farão a diferença na tomada de decisão.

De acordo com a constituição da República a “educação é um direito de todo cidadão” portanto, não é um favor que o estado presta a sociedade. Para Arendt (2000,p. 235) é preciso que aqueles que fazem a educação assumam “na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo”. Assim sendo Arendt (2000,p.239), “qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar a parte em sua educação”. O mesmo vale para aqueles que assumem os cargos administrativos e governamentais sem, no entanto, observarem as devidas responsabilidades políticas públicas que tais cargos exigem.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE DADOS RECOLHIDOS ATRAVÉS DE ENTREVISTAS

Neste capítulo são abordados assuntos relativos aos dados que foram recolhidos por intermédio do inquérito por entrevista, aplicados a um Diretor Municipal da educação, a pais e encarregados de educação, a analistas e fazedores de opinião pública, a diretores de escolas e a decisores políticos, onde foram discutidas várias questões relacionadas ao tema em abordagem.

4.1 O Diretor Municipal da Educação

Quanto aos dados de caracterização do Diretor Municipal da Educação, este tem 59 anos de idade, com nível de escolaridade de licenciado, é professor, exerce o cargo na instituição há 22 anos e acha que existe desigualdade no acesso ao ensino primário.

Relativamente a questão sobre que políticas têm sido traçadas para mitigar este problema de acesso ao ensino o Diretor Municipal da Educação respondeu, que o governo tem aumentado por intermédio de concursos públicos o número de professores para responder as insuficiências ao nível do sector da educação e diminuir a desigualdade no acesso ao ensino.

Quanto a questão sobre se há ausência de políticas públicas no sector de educação pode representar as desigualdades no acesso ao ensino Primário o Diretor da Direção Municipal da Educação respondeu que sim, há ausências de políticas públicas no sector da

educação, facto que propicia a desigualdade no acesso ao ensino, falta de políticas de ofertas de serviços educativos, criação de condições para absorver todas crianças em idade escolar.

Sobre a questão se a inexistência de salas e de escolas dificultam o acesso ao ensino Primário nas famílias o Diretor Municipal da Educação respondeu que a inexistência de salas e de escolas dificulta sim no acesso ao ensino Primário nas famílias.

Olhando para a questão se as políticas públicas de acesso ao ensino primário contribuem para melhoria da prestação do sistema educativo de um país o Diretor Municipal da Educação respondeu que as políticas públicas de acesso ao ensino primário contribuem para melhoria da prestação do sistema educativo de um país, em várias dimensões.

Relativamente a questão que fatores propiciam as Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino Primário em Angola e que políticas devem ser implementadas para a sua redução o Diretor Municipal da Educação respondeu que é a falta de políticas, falta de financiamento ao sector.

Quanto a questão qual é a percentagem de criança em idade escolar, que se encontram fora do sistema de ensino o Diretor Municipal da Educação respondeu que a percentagem de crianças em idades escolares que se encontram fora do sistema de ensino está na ordem de 50%, segundo os dados dos relatórios vindo das escolas afetas a repartição Municipal da Educação no município de Benguela.

Sobre a questão se o membro de direção está satisfeito com as políticas de acesso ao ensino primário em Benguela o Diretor Municipal da Educação respondeu que não está satisfeito com as políticas de acesso ao ensino Primário, pelo facto de haver muitas crianças fora do subsistema de ensino.

Entendemos que a resposta dada pelo entrevistado nos remete a profundas reflexões, pelo simples facto do entrevistado ser natural nas respostas, em reconhecer que existem muitas dificuldades e insuficiências em algumas políticas públicas gizadas pelo governo no combate ou diminuição da desigualdade social no acesso ao ensino primário. Porém, faz-se necessário, que é preciso que as políticas públicas gizadas pelo governo sejam exequíveis para responder os grandes desafios da educação.

Os resultados apresentados pelo entrevistado não são satisfatórios, pelo facto das políticas públicas não serem muito exitosas, para diminuir ou combater as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário, criando assim implicações no desenvolvimento social, investindo fortemente na educação, nos mais variados domínios.

4.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados do inquérito aplicado aos diretores de escolas

Por razões de código de ética, aos inquiridos foram atribuídos nomes fictícios, para preservar a identidade dos mesmos. No entanto, os inquiridos terão os seguintes códigos: D1, D2, D3, D4, D5 e D6.

Relativamente aos dados de caracterização dos diretores de escola inquiridos, quanto a idade têm idades compreendidas dos 34 aos 55 anos de idade, com tempo de serviço de 3 a 20 anos. Destacam-se 4 diretores do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

As questões feitas na entrevista e as respostas dos entrevistados foram as seguintes:

Qual tem sido o *numerusclausus* para o acesso de novos alunos?

D1: são 180 alunos, com um rácio de 3 turmas. D2: são 160 alunos anuais, repartidos em 3 turmas. D3: são 195 alunos anuais, repartidos em 5 turmas, D4: são 165 alunos, divididos em 4 turmas. D5: são no total 205 alunos, repartidos em 7 turmas. D6: são 175 alunos, divididos em 4 turmas.

Qual tem sido o rácio da demanda estudantil entre a oferta (número de vagas) e a procura?

D1: a procura tem sido maior que a oferta. D2: há muita demanda e a oferta de vagas é pouca. D3: há muita procura e pouca oferta. D4: a procura ao ensino primário é muita, principalmente a iniciação, mas a oferta é muito pouca, em detrimento da falta de salas de aulas. D5: a procura da comunidade pelas vagas ao ensino primário é maior, mas a oferta é pouca, o que obriga muitos alunos estarem fora do sistema de ensino. D6: a procura é muito maior que a oferta.

Quais têm sido os critérios de seleção?

D1: 5 anos. D2: 5 anos. D3: 5 anos. D4: 5 anos. D5: 5 anos. D6: 5 anos.

Da experiência que tem, quais têm sido as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes ou pelos pais dos estudantes no processo de matrícula de novos estudantes?

D1: as dificuldades têm sido ausência de documentos, como a cédula pessoal, acesso de novos estudantes. D2: a procura tem sido maior que a oferta; a falta de registro de nascimento por parte de muitas crianças. D3: a falta de identidade por parte de crianças matriculadas, a escassez de vagas. D4: a incompreensão de alguns pais sobre os critérios de seleção. D5: ausência de documentos por parte de muitos alunos matriculados. D6: falta de documentação, a escassez de vagas.

Quais têm sido os mecanismos utilizados para mitigar estas dificuldades?

D1: sensibilizar os pais para o registo de crianças a partir do nascimento. D2: interceder junto do governo para a construção de mais salas de aulas. D3: Contar com a participação da comunidade para a construção de mais salas de aulas. D4: sensibilizar as comunidades para registarem os seus filhos e evitar as dificuldades no período de matrículas. D5: construir mais salas de aulas, para evitar a reclamação dos encarregados de educação. D6: colaborar com a comunidade para a construção de mais salas de aulas, por via da participação.

Que sugestão apresenta para a melhoria das políticas de acesso ao ensino para os alunos do ensino Primário?

D1: construção de mais escolas do ensino primário a comunidade, para evitar constrangimento. D2: aumentar o orçamento ao setor da educação, para a construção de mais

escolas. D3: aumentar mais salas nas escolas já existente. D4: traçar mais políticas públicas viradas para o ensino primário. D5: mudar as políticas de acesso ao ensino primário. D6: aumentar a oferta de mais salas de aulas, para possibilitar a entrada de mais alunos no subsistema de ensino.

Na tua opinião quais são as implicações que as Desigualdades Sociais no acesso a educação podem causar na vida das famílias?

D1: pode provocar exclusão social. D2: pode provocar desintegração escolar. D3: atraso no desenvolvimento do estado. Aumento de probabilidade de ter crianças delinquentes no futuro. D4: aumento de mais crianças analfabetas e conseqüentemente atraso no desenvolvimento da criança. D5: discriminação social e atraso no desenvolvimento social. D6: descontentamento social e por conseguinte uma convulsão social.

A procura da inserção de crianças ao nível do sistema escolar, muitas vezes supera a oferta que se dá ao número de vagas em muitas escolas no município de Benguela, o que obriga o estado a reformular as políticas públicas viradas para o setor da educação, com o intuito de diminuir a taxa elevada de crianças fora dos sistemas de ensino. Entretanto, os critérios de seleção para o acesso ao ensino primário, muitas vezes belisca de certo modo a satisfação do pai ou encarregado de educação, na inserção da criança no sistema escolar, porque muitas vezes é notório o fenómeno do amiguismo, nepotismo, familiarismo e corrupção, que belisca o pluralismo educacional, proporcionando a isenção da burocracia.

No entanto, várias são as políticas ou estratégias que têm sido implementadas para mitigar a situação, que consiste na construção de mais escolas do ensino primário, alargamento de mais salas de aulas, para permitir a inserção de mais crianças e diminuir o índice crescentes de crianças fora do sistema de ensino. Todavia, na eventualidade de não se criar políticas ou estratégias eficazes, haverá aumento significativo de crianças fora do sistema de ensino e também aumenta o índice de desigualdade social no acesso ao ensino primário.

4.3 Pais e encarregados de educação

Por questões éticas e para salvaguardar a identidade dos entrevistados, optamos pela seguinte codificação: P1, P2, P3 e P4.

Sobre dados pessoais, os 4 inquiridos têm idade compreendida, entre os 33 à 44 anos, dos quais 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, com um nível de escolaridade de técnico médio a licenciados, com profissões diversas, como militar, professor, enfermeiro, trabalhadora doméstica. Os inquiridos têm de 3 à 5 filhos, onde alguns estudam em escolas públicas, outras em escolas privadas.

Quadro 1 - Se estudam na escola privada porquê?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu por falta de escola
P2	Respondeu por falta de escolas suficientes na

	zona
P3	Respondeu falta de mais escolas
P4	Falta de oportunidade

Fonte: Elaboração própria

Relativamente a questão em investigação, a tabela nos apresenta, que maior parte dos inquiridos invocam falta de salas de aulas e escolas, como sendo um dos factores que estimulam os pais e encarregados de educação em colocarem os seus filhos em escolas privadas. O estado deve rever a oferta de políticas públicas, viradas para o sector educação, com vista a promover educação para todos.

Quadro2 - Quantos se encontram em idade escolar? Que classe frequentam?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu 3 filhos em idade escolar; frequentam a 1 ^a , 3 ^a e 7 ^a classe.
P2	Respondeu 2 filhos que se encontram em idade escolar; frequentam 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a classe.
P3	Respondeu que tem 3 filhos que encontram-se em idade escolar; frequentam a 6 ^a e 7 ^a classe.
P4	Respondeu que são 4 filhos em idade escolar; frequentam a 3 ^a e 5 ^a classe

Fonte: Elaboração própria

Olhando para os dados dos inquiridos apresentados na tabela, maior parte dos mesmos invocam que têm filhos em idade escolar, frequentam as classes da 1^a a 7^a classe

Quadro3 - Dos seus filhos que se encontram em idade escolar quantos não se encontram a frequentar a escola e porquê?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu 2 filhos, porque é de menor é de menor idade,
P2	Respondeu nenhum filho;
P3	Respondeu 1 filho, porque não tem idade escolar;
P4	Respondeu 3 filhos.

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão em pesquisa, dos inquiridos o P1 respondeu que tem 2 filhos, porque são de menor idade, P2, diz que não tem nenhum filho, P3, respondeu que tem 1 filho, porque não tem idade escolar.

Quadro4- Tem tido alguma dificuldade em matricular os seus filhos? Se sim, quais?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Sim, a escola falta uma escola primária na zona;
P2	Sim, Exclusividade no número de vagas e excesso de burocracia no acesso;
P3	Sim, por falta de vagas na escola do ensino primário;
P4	Sim, por falta de vagas nas escolas.

Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta a questão em investigação, maior parte dos pais e encarregados de educação inquiridos, têm tido alguma dificuldade em matricular os seus filhos, muito deles por conta de falta de escola, sala de aula e muita burocracia que se regista na escola.

Quadro5 - Na sua visão, acha que há desigualdades no acesso ao ensino primário?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu, sim, que há muitas desigualdades;
P2	Respondeu sim, que há desigualdades no acesso ao ensino primário;
P3	Respondeu que Há sim desigualdades;
P4	Respondeu que sim, que há desigualdades sociais, por conta das condições sociais das famílias e das políticas do estado.

Fonte: Elaboração própria

Segundo os pais e encarregados de educação entrevistados, afirmam que há desigualdades no acesso ao ensino primário, pelo facto dos mesmos terem dificuldade de matricular os seus filhos. Muitas crianças ficam fora do subsistema de ensino e isto belisca o futuro das crianças e o seu desenvolvimento pessoal e social.

Quadro6 - Que fatores propiciam essas desigualdades sociais no acesso ao Ensino Primário?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu que os fatores que propiciam são: nepotismo, amiguismo, acima de tudo favoritismo;
P2	Respondeu que os fatores que propiciam são: nepotismo, tráfico de influência, falta de salas de aulas;
P3	Respondeu que os fatores que propiciam são: desequilíbrio entre a demanda e a oferta;

P4	Respondeu que os fatores que propiciam são: falta de políticas evidentes.
----	---

Fonte: Elaboração própria

Relativamente a questão em pesquisa, a maior parte dos pais e encarregados de educação, responderam que os fatores que propiciam as desigualdades sociais no acesso ao ensino Primário são: nepotismo, amiguismo, favoritismo, tráfico de influência, falta de salas de aulas, desequilíbrio entre a demanda e a oferta, bem como falta de políticas evidentes.

Quadro7 - Passou pelas mesmas dificuldades a quando da matrícula dos seus educandos? Se passou, diga qual foi a experiência e como conseguiu ultrapassar essas dificuldades?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu que não.
P2	Respondeu que sim, por essa razão, coloquei meu filho no ensino público, não só por falta de capital, como também para que a criança não fique sem acesso ao ensino;
P3	Respondeu que sim, tive que andar muito, não foi fácil, em função das voltas feitas;
P4	Respondeu não.

Fonte: Elaboração própria

Olhando para a questão em pesquisa, os pais e encarregados de educação inquiridos, dois inquiridos responderam que não, que nunca passaram pelas dificuldades sobre as matrículas e outros dois responderam que sim, por essa razão um colocou o filho numa escola privada, pelo facto de não terem muita possibilidade de matricular os seus filhos e outras pelo nível exagerado de burocracia que as escolas implementam.

Quadro8- Achas que as instituições como o Estado, os responsáveis pelo Município, etc. têm estado atentas à desigualdade no acesso ao ensino primário?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu sim.
P2	Respondeu sim, mas o estado não apresenta soluções para mudar o quadro;
P3	Respondeu minimamente.
P4	Respondeu sim.

Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta a questão em pesquisa, dos inquiridos, pais e encarregados de educação, responderam que sim, que as instituições como o estado, os responsáveis pelo

município, têm estado atentas à desigualdade no acesso ao ensino primário, outro respondeu que tem estado atenta minimamente e o outro diz que sim, mas o estado não apresenta soluções para mudar o quadro.

Quadro9- O que quê que estas instituições deveriam fazer para diminuir essa desigualdade?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
P1	Respondeu que deviam construir mais escolas e mais salas de aulas, bem como acabar com nepotismo e tráfico de influência;
P2	Respondeu que poderiam construir mais salas de aula e controlar o número de crianças fora do sistema de ensino;
P3	Respondeu que poderiam dinâmica nas políticas públicas, acabar com as letargias nas políticas publicadas viradas a educação;
P4	Respondeu que devia se construir mais escola;

Fonte: Elaboração própria

Relativamente a questão em pesquisa, dos inquiridos, um respondeu que poderia se construir mais escolas e salas de aulas, bem como acabar com o nepotismo e tráfico de influência, por outro lado, outro respondeu que as instituições deviam controlar o número de crianças fora do sistema de ensino e o outro respondeu que poderiam criar dinâmica nas políticas públicas viradas a educação.

Relativamente ao inquérito aplicado aos pais e encarregados de educação, entendemos que a dificuldade em matricular as crianças no ensino público tem muitas das vezes motivado pais e encarregados de educação, em matricular as crianças em escolas privadas, por escassez de vagas nas escolas públicas. Entretanto, a desigualdade tende a aumentar consideravelmente, pelo fato de muitos pais e encarregados de educação, não terem condições suficientes para manter as propinas das mesmas crianças ao nível das unidades escolares privadas, acabando por desistir, por conta da falta de condições que os mesmos não têm.

No entanto, muitos pais e encarregados de educação, têm entre dois a três filhos em idade escolar, o que dificulta nas despesas dos seus filhos nas escolas privadas, em detrimento das propinas. Entretanto, poucos pais e encarregados de educação, segundo a investigação feita, têm filhos fora do sistema em idade escolar; a maior parte dos pais e encarregados de educação têm filhos em idade escolar, o que de certo modo influencia na dificuldade dos mesmos no acesso dessas crianças no sistema de ensino.

4.4 Analistas e fazedores de opinião

Por questões éticas e para salvaguardar a identidade dos entrevistados, optamos pela seguinte codificação: AFO1, AFO2, AFO3 e AFO4.

Dados de caracterização

Relativamente aos analistas e fazedores de opinião inquiridos, quanto aos dados pessoais, destacam-se 5 sujeitos do sexo masculino e 1 do sexo feminino, com idades compreendidas entre 29 à 39 anos. Quanto ao nível académico destaca-se 3 licenciados, 3 mestres. Relativamente a profissão, temos 5 professores e 1 secretária. Sobre o local de residência, 2 da cidade do Lobito e 4 da cidade de Benguela.

Quadro10 - Tem filhos em idade escolar? E se tem quantos estudam?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
AFO1	Respondeu que sim e tem um filho;
AFO2	Respondeu que sim e tem dois filhos;
AFO3	Respondeu que não;
AFO4	Respondeu que sim e tem dois filhos;
AFO5	Respondeu que não;
AFO6	Respondeu que sim e tem dois filhos em idade escolar;

Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta a questão em investigação, dos inquiridos, três reponderam que sim, têm cada dois filhos, um respondeu que sim, tem um filho e dois responderam que não têm filhos em idade escolar.

Quadro11 - Qual tem sido o nível de acesso das matrículas?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
AFO1	Respondeu que tem sido dificultoso
AFO2	Respondeu que tem sidodifícil
AFO3	Respondeu queque mal
AFO4	Respondeu que tem sido difícil
AFO5	Respondeu que tem sido difícil
AFO6	Respondeu que tem sido muito difícil

Fonte: Elaboração própria

Quanto a questão em pesquisa, dos inquiridos, três responderam que o nível de acesso das matrículas sido difícil, um respondeu que tem sido mal o acesso as matrículas, outro respondeu que tem sido dificultoso e por fim um respondeu muito difícil o acesso as matrículas.

Quadro 12 - Que consequências têm o não acesso de crianças no ensino Primário?

Sujeitos inquiridos	Resposta do inquirido
---------------------	-----------------------

AFO1	Regressão no desenvolvimento social; aumento de níveis de probabilidade para a regressão na educação; violação das convenções internacionais para a educação.
AFO2	Traumas; <i>bullying</i> ; dificuldades de aprendizagem específico no quadro do desenvolvimento global; a criminalidade juvenil; crianças na rua.
AFO3	Atrasos em matérias de inclusão no plano de término de ciclos de formação a nível de escolaridade.
AFO4	Privação da criança de um dos direitos fundamentais.
AFO5	O analfabetismo e a exclusão social; maior número de crianças a delinquência.
AFO6	Aumento do índice de analfabetismo.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente a questão em pesquisa, os inquiridos invocam que as consequências do não acesso de crianças no ensino primário são várias, tais como o aumento exponencial do índice de analfabetismo, crianças que tornam-se delinquentes por conta da falta de ocupação, prática de *bullying*, violação de alguns acordos ratificados, do ponto de vista dos direitos humanos, no qual a direito a educação é um deles.

A educação é um direito fundamental do ser humano, via pela qual se constrói o desenvolvimento transversal do indivíduo e da sociedade, nos mais variados domínios. Por essa razão, é importante que se trace políticas públicas eficazes, que possibilitem o acesso a educação para todos, com vista a promover o processo de integração e inclusão educativa, dentro das exigências dos grandes desafios da época contemporânea.

Conclusões

Tendo em conta o percurso investigativo feito sobre a temática das desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela, Angola, no período de 2010 a 2020, chegamos as seguintes conclusões:

As desigualdades sociais no ensino primário referem-se desde logo à dificuldade de acesso ao sistema escolar, de modo particular no ensino primário. O indivíduo é excluído no sistema escolar, criando-se assim várias implicações ao nível da comunidade escolar, e dificuldades para se enfrentarem os grandes desafios do futuro (Castro, 2009).

Segundo Gabriela Thomazinho (2017), a desigualdade social não está isolada ao setor da educação, é um processo que engloba vários setores, e implica o não acesso das crianças ao sistema de ensino, normalmente por consequência da condição socioeconómica das famílias e também por falta de políticas públicas evidentes, por parte do governo na promoção de educação para todos. Entretanto, as desigualdades sociais em Angola, de modo particular no sector da educação, estão acentuadas, faltando escolas, bem como a ampliação das salas de aulas, devido ao aumento da densidade social.

Os factores que estão na base das desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela, segundo os inquiridos, centram-se na falta de políticas públicas para o sector da educação, pouco investimento na educação, nepotismo, amiguismo, falta de salas de aulas, tráfico de influência, e desequilíbrio entre a procura e a oferta.

As estratégias que podem ser adoptadas para acabar com as desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela, centram-se na reformulação de políticas públicas viradas para a educação, construção de mais escolas, salas de aulas ou alargamento de mais rede escolar primária, mais alocação de verbas para o sector da educação, admissão de mais quadros no setor, conforme a resposta dos diretores de escolas, tendo em conta os inquéritos aplicados aos diretores de escolas.

Os resultados da investigação feita, por intermédio das entrevistas aos diretores de escola, ao chefe de direcção municipal da educação no município de Benguela, pais e encarregados de educação, bem como analistas e formadores de opinião pública, revelam, que as desigualdades sociais, de modo particular no setor da educação, são motivadas por várias causas, olhando fundamentalmente na falta de políticas públicas evidentes, que promovam a educação para todos, falta de construção de mais salas de aulas, para evitar crianças fora do sistema de ensino, bem como falta de ampliação de mais salas de aulas, com vista a satisfazer a demanda da necessidade e procura ao acesso ao ensino primário.

Olhando para os objetivos do trabalho sobre a temática das desigualdades sociais no acesso ao ensino primário no município de Benguela, faz-se necessário que se trace políticas

plenas para diminuir as desigualdades sociais, de modo particular no acesso ao ensino primário; que as políticas públicas traçadas pelo governo angolano, sejam inclusivas e suficientes, para melhor satisfazer os anseios da população no acesso ao ensino primário.

Entretanto, o governo deve alocar mais verbas para o ministério da educação, para construção de mais escolas, no sentido de diminuir a desigualdade social no acesso ao ensino primário e que as políticas públicas, viradas para o sector da educação, tenham reflexos daqueles alunos e famílias vulneráveis que lidam com dificuldades de colocar crianças em idade escolar.

Que os decisores políticos reformulem políticas públicas viradas para o setor da educação, com vista a promover o acesso de crianças dentro do sistema escolar e que também o governo do município de Benguela promova as políticas de alargamento de rede escolar sobre a construção de mais escolas, isto é, construindo mais salas de aulas, para evitar crianças fora do sistema de ensino.

Neste caso, é necessário que se façam sistematicamente estudos sobre a densidade populacional, para ter a noção de quantos alunos terão acesso ao sistema escolar e a partir dali traçar políticas educativas que se ajustam a natureza da dificuldade da comunidade e o governo combata o fenómeno do nepotismo, amiguismo, familiarismo, com vista a acabar com discriminação escolar. Por último, que o governo promova a política de ensino para todos, como ferramentas para a promoção do desenvolvimento social, onde todos tenham acesso a educação.

BIBLIOGRAFIA

1. Almeida, João Ferreira de et. el. (1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.
2. Afonso, A. J. (2003) *Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica*. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). *Escola, currículo e avaliação*. São Paulo: Cortez
3. Andret, H. (2000) *Entre o passado e o Futuro*. 5ª Edição São Paulo. Perspetivas (debates Políticas)
4. Castro, Jorge Abrahão de (2009), *Evolução e desigualdade na educação brasileira*, *Revista da Educação e Sociedade*, Outubro 2009.
5. Costa, António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, *Mundos Sociais*.
6. Costa, António Firmino, (2012b) *Desigualdades Globais*, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 2012
7. Costa, António Firmino (2008), *Sociedade de Bairro*, 2ed, Lisboa, Celta Editora.
8. Condorcet, N. (1791, 2012), *Cinq mémoires sur l’instruction public*, in: Condorcet, N. (2012). *OEuvres de Nicolas de Condorcet*, Editions la Bibliothèque Digitale (ebook);
9. Davis, Kingsley, e Wilbert E. Moore (1945, 1981), *Alguns Princípios de Estratificação*. In: Velho, Otávio, Moacir Palmeira e António Berteli (org.) *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores;
10. Durkheim, Émile (1922, 2009), *Educação e Sociologia*. Lisboa, Edições 70;
11. Formosinho, João (1991, 2001), *A igualdade em educação*, in: Pires, Eurico Lemos, António S. Fernandes, e João Formosinho, *A Construção Social da Educação Escolar*, Porto, Edições ASA;
12. Kebanguilako, Dinis (2013), *O Sistema Educativo e a Homogeneização Cultural em Angola: Que Justiça Social pela Diversidade Étnica?* Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_2393_eaa3bdf0240099d9491ffeb8d481fbae.pdf
13. Marconi, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos, (2012) *Metodologia do Trabalho Científico*, 7ed, São Paulo, Atlas.
14. Menezes, M. Azancot de (2010), *Um olhar sobre a Reforma Educativa em Angola: Estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huila*. Disponível em:

<http://isced.ed.ao/assets/290/Azancot%20de%20Menezes%20Reforma%20Educativa%20em%20Angola.pdf>.

15. Pestana, Nelson (coord.) (2013 e 2014), *Relatório Social de Angola 2012 e 2013*, Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
16. PNUD Angola (2010), Relatório Sobre *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Angola.
17. Pestana, Nelson (coord.) (2013 e 2014), *Relatório Social de Angola 2012 e 2013*, Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
18. Sen, Amartya Kumar (1992), *Inequality Reexamined*, New York, Oxford Press University.
19. Sen, Amartya Kumar (2000) *Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.
20. Stiglitz, Joseph E. (2013), *O Preço da Desigualdade*. Lisboa, Bertrand Editora.
21. Sebastião, João (2009), Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajectórias Escolares, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
22. Thomazinho, Gabriela, (2017), Desigualdade na educação: um ponto a ser considerado nas políticas públicas” Observatório das Desigualdades, publicado em 30 de janeiro de 2017 Brazil.
23. Victorino, Samuel Carlos (2012), “O Papel da Educação na Reconstrução Nacional da República de Angola”, *Pesquisa em Extensão Universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: Domínio Sociopolítico*, vol. 17, nº 2, Junho 2012, Brasil: pp. 9-16.
24. Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro, Lei de Bases do Sistema de Educação.
25. Portaria nº. 256/2005 de 16 de Março, Classificação Nacional da Área de Educação e Formação. I Série-B.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADO AO DIRETOR MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

- 1)- Sexo _____ 2)- Idade _____ 3) - Qual é o seu nível de escolaridade? _____
- 4) - Qual é sua profissão? _____ 5) - Local de residência? _____
- 6) - Bairro? _____ 7) - A quanto tempo exerce este cargo nesta instituição? _____
- _____
- 8) Acha que existe desigualdade no acesso ao ensino primário? _____
- 9) - Que políticas têm sido traçadas para mitigar este problema de acesso ao ensino? _____
- _____
- _____
- _____
- 10) - A ausência de políticas públicas no sector de educação pode representar as desigualdades no acesso ao ensino Primário? _____
- Se sim
- Quais? _____
- _____
- _____
- 11) - A inexistência de salas e de escolas dificultam o acesso ao ensino Primário nas famílias? _____
- _____
- 12) - Para si as políticas públicas de acesso ao ensino primário contribuem para melhoria da prestação do sistema educativo de um país? _____
- 13) - Na sua opinião que fatores propiciam as Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino Primário em Angola e que políticas devem ser implementadas para a sua redução? _____
- _____

14- Qual é a percentagem de criança em idade escolar, que se encontram fora do sistema de ensino?_____

15- Estás satisfeito com as políticas de acesso ao ensino primário em Benguela?

APÊNDICE 2



GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADO AOS DIRETORES ESCOLARES

1)- Sexo _____ 2)- Idade _____ 3)- Grau escolar _____

4)-- Exerce algum cargo nos órgãos estruturais hierárquicos da escola? _____

5)-A quanto tempo exerce o cargo de diretor nesta instituição? _____

6) - Se respondeu afirmativamente na questão anterior, diga que cargo exerce?

7) - Qual tem sido o *numerusclausus* para o acesso de novos alunos?

8) - Qual tem sido o rácio da demanda estudantil entre a oferta (número de vagas) e a procura?

9) - Quais tem sido os critérios de seleção? _____

10) - Da experiencia que tem quais têm sido as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes ou pelos pais dos estudantes no processo de matricula de novos estudantes?

11) - Quais têm sido os mecanismos utilizados para mitigar estas dificuldades?

12) Que sugestão apresenta para a melhoria das políticas de acesso ao ensino para os alunos do ensino

Primário? _____

13) - Na tua opinião quais são as implicações que as Desigualdades Sociais no acesso a educação podem causar na vida das famílias? _____

APÊNDICE 3



GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

1) Sexo _____ 2) Quanto anos tens _____ 3) Qual é o seu nível de escolaridade _____

4) Qual é a sua profissão _____ 5) Local de residência _____

6) Bairro _____ Tem filhos? Se sim quantos _____

6) - Todos eles estudam? _____ Na escola pública ou Privada? _____

7) - Se estudam na escola privada porquê? _____

8) - Quantos se encontram em idade escolar? _____

Que classe frequentam? _____

9) - Dos seus filhos que se encontram em idade escolar quantos não se encontram a frequentar a escola?

E

Porquê _____

10) – Tem tido alguma dificuldade em matricular os seus filhos? _____ Se sim, quais? _____

11) - Na sua visão, acha que há desigualdades no acesso ao ensino primário? _____

12) Que fatores propiciam essas desigualdades sociais no acesso ao Ensino Primário? _____

13) – Passou pelas mesmas dificuldades a quando da matrícula dos seus educandos? _____ Se passou, diga qual foi a experiência e como conseguiu ultrapassar essas dificuldades? _____

14) Acha que as instituições como o Estado, os responsáveis pelo Município, etc. têm estado atentas à desigualdade no acesso o ensino primário? _____

15) O que quê que estas instituições deveriam fazer para diminuir essa desigualdade? _____

APÊNDICE 4



GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADO A ANALISTAS E FAZEDORES DE OPINIÃO

- 1)- Sexo _____ 2)- Idade _____ 3) - Qual é o seu nível de escolaridade? _____
- 4) - Qual é sua profissão? _____ 5) - Local de residência? _____
- 6) - Bairro? _____ 7) – Tem filhos em idade escolar? _____ E se
tem quantos estudam? _____
- 7) - Qual tem sido o nível de acesso das matrículas? _____
- 8) - Que consequências têm o não acesso de crianças no ensino
Primário? _____

- 9) - Quais são os factores que estão na base do não acesso no ensino?

- 10) Que soluções podes propor para mitigar esta situação?

- 11) - Qual é a percentagem de criança em idade escolar que se encontram fora do sistema de
ensino? _____
- 11) Estais satisfeito com as políticas de acesso ao ensino primário em Benguela?

- 12) - Na sua visão que fatores propiciam as Desigualdades Sociais no acesso ao Ensino
Primário? _____

ANEXO
EDUCAÇÃO CONDIGNA



EDUCAÇÃO PRECÁRIA

